

BOLETIM 663

Brasília, 9 de outubro de 2018



Constituição é exaltada como marco da democracia e garantia de direitos

Nos 30 anos da Constituição, entidades da magistratura, do Ministério Público e de trabalhadores destacam a retirada dos direitos trabalhistas como uma afronta ao seu caráter humanístico e social

Segundo o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Maurício Godinho Delgado, “a crise econômica não pode ser justificativa para negar direitos sociais e trabalhistas previstos na Constituição Federal”. O magistrado falou em evento comemorativo dos 30 anos da Constituição de 1988, realizado na semana passada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), se referindo à reforma trabalhista de Michel

Temer aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado.

Além de símbolo do processo de redemocratização do país, após 21 anos do regime militar, a Constituição garantiu diversos direitos aos trabalhadores, como a licença maternidade, a licença paternidade, a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias e 44 horas semanais, além de direito à greve, liberdade sindical, abono de férias de um terço do salário, entre outros.

O procurador regional do MPT, Helder Santos Amorim, e vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), criticou de forma veemente as mudanças na legislação trabalhista. Para Amorim, “a Constituição foi a tradução de direitos sociais construídos ao logo da história. Ela rompeu paradigmas elitizados. As pessoas passaram a ser valorizadas por sua simples condição humana e o trabalho se tornou mecanismo de integração social”, disse o procurador, afirmando ainda que, “como defensor dos fundamentos do regime democrático, o MPT terá que resistir”, para restabelecer o pacto de convivência civilizada entre o capital e o trabalho.

Na avaliação do presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, a Constituição de 1988 foi um marco na defesa da cidadania e na efetivação dos direitos humanos fundamentais na história do Brasil. “Gestada em ambiente amplamente democrático, no qual foram ouvidos todos os segmentos relevantes da sociedade brasileira, a



Constituição de 1988 soube ser garantista na tutela dos direitos civis e políticos e progressista na promoção dos direitos sociais, culturais e ambientais, como na própria realização do Estado social. Para mais, a Carta foi indiscutivelmente plural no seu estofamento sociológico”, afirmou Feliciano em um seminário realizado pela Anamatra.

De acordo com o Sindicato dos auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), o texto da Constituição de 88, “deu aos servidores públicos o direito de se organizarem em sindicatos”. A Entidade destacou ainda o SINAIT, que pauta sua atuação para combater as investidas contra a CF, que colocam em risco direitos conquistados democraticamente. “Atualmente, [SINAIT] encampa a luta para elaboração do Estatuto do Trabalho que visa combater a reforma trabalhista e a terceirização irrestrita”.

A Associação Nacional do Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP) destacou que a entidade contribuiu para a construção de princípios constitucionais no que diz respeito à Seguridade Social e aos servidores públicos, com a elaboração constante de emendas, durante a Assembleia Constituinte. “A Constituição fornece a direção correta para que a sociedade brasileira se afirme, para que seja tolerante e conviva com as suas diferenças ideológicas, de raça, de gênero e de renda”, disse Álvaro Sólton de França, ex-presidente da entidade.

Fonte: Portal HP

Haddad defende projeto em sintonia com Agenda das centrais sindicais

A rejeição nas urnas de candidatos pró-reforma trabalhista e que compuseram a base de Michel Temer pode ser um elemento decisivo no segundo turno das eleições presidenciais entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). A promessa de revogar leis que retiraram direitos dos trabalhadores e enfraqueceram os sindicatos aproxima o programa do petista das pautas defendidas pelas centrais sindicais nestas eleições.

No primeiro turno, Bolsonaro não obteve apoio de nenhuma central sindical. As organizações se dividiram entre as candidaturas de Haddad e do pedetista Ciro Gomes. Bolsonaro, que apoiou na Câmara Federal todas as medidas do governo Temer contra os trabalhadores, foi considerado um algoz dos direitos trabalhistas e pelo enfraquecimento dos sindicatos.

“Haddad tem um projeto de desenvolvimento para o país. Bolsonaro não tem projeto. Ele diz que vai vender o Brasil para pagar a dívida pública. Sugere uma carteira verde e amarela em que o trabalhador vai negociar direto com o empregador em explícita desvantagem”, declarou ao Portal Vermelho Adilson Araújo, presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo.

Nesta terça-feira (9) as centrais sindicais se reúnem em São Paulo para debater o apoio unitário a Fernando Haddad.

Fonte: Portal Vermelho



PDT deve anunciar 'apoio crítico' a Haddad, diz Lupi

O presidente do PDT, Carlos Lupi, disse que o partido deve anunciar o que está chamando de "apoio crítico" à candidatura de Fernando Haddad (PT), no 2º turno. De acordo com o jornal, a decisão será sacramentada em reunião da Executiva Nacional da legenda, marcada para acontecer em Brasília, na 4ª feira (10.out). "Não queremos nenhum cargo em lugar nenhum", disse Lupi. O objetivo é o partido se colocar contra Jair Bolsonaro (PSL) no pleito. Por isso, a sigla deve punir filiados ou candidatos que manifestarem apoio ao presidenciável do PSL.

Fonte: Poder360

Força apoiará petista

A direção da Força Sindical decidiu nesta segunda-feira apoiar a candidatura de Fernando Haddad (PT) contra Jair Bolsonaro (PSL) para a Presidência. No primeiro turno, o grupo se dividiu entre Alckmin e Ciro Gomes.

Os tucanos não participaram da reunião, mas os sindicatos que eles representam, em especial o da Construção Civil de São Paulo, um dos maiores do país, deram aval à aliança em torno de Haddad.

O candidato do PT é contrário a pontos da reforma trabalhista e já prometeu encontrar alguma forma de financiamento para os sindicatos, enquanto Bolsonaro defende arduamente em seu plano de governo o fim do imposto sindical.

Fonte: Valor

Candidatos descartam uma nova Constituinte

Durante entrevista ao Jornal Nacional, da Rede Globo, nesta segunda-feira (8), o candidato do PT à Presidência da República Fernando Haddad, anunciou que vai rever sua posição sobre a convocação de uma Constituinte e que pretende fazer reformas por meio de emendas constitucionais.

Ele citou três reformas que pretende fazer por meio de emendas constitucionais: reforma tributária, o fim do congelamento do teto de gastos e reforma bancária para diminuir a concentração de bancos e taxas de juros no país.

Sobre a afirmação do ex-ministro José Dirceu de que o partido iria tomar o poder, Haddad disse discordar da afirmação. "O ex-ministro não participa da campanha, não participará do meu governo e discordo dessa frase. Para mim, a democracia está sempre em primeiro lugar", afirmou.

Bolsonaro - Escolhido por sorteio, o candidato do PSL, Jair Bolsonaro, foi o segundo a responder as mesmas perguntas. Ele negou que, caso eleito, fará um autogolpe e afirmou que não convocará uma nova Constituinte a ser formada por um conselho de notáveis, conforme havia defendido seu vice Hamilton Mourão (PRTB) durante a campanha no primeiro turno.

Ainda sobre a possibilidade de autogolpe, Bolsonaro disse que não entendeu o que o vice quis dizer, mas afirmou que acredita no voto popular e que será "escravo da Constituição".

"O desautorizei nesses dois momentos, ele não pode ir além do que a Constituição permite. O que falta ainda ao general Mourão é um pouco de tato, um pouco de vivência com a política", afirmou.

Fonte: Agência Brasil



Carteira de trabalho verde e amarela ampliaria informalidade

Uma "nova carteira de trabalho verde e amarela" é a única proposta que consta no plano de governo do candidato Jair Bolsonaro (PSL) para combater o desemprego, o mais grave problema econômico do país que atualmente atinge 12,7 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE. Com tons patrióticos, a nova modalidade, "voluntária", será alternativa à já conhecida carteira azul que atualmente regula as relações de trabalho de cerca de 32 milhões de trabalhadores brasileiros, e lhes garante direitos.

"Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de

trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais)", diz trecho do programa Brasil Acima de Tudo Deus Acima de Todos. Em debates e declarações, Bolsonaro é ainda mais explícito e diz que, num eventual governo seu, o trabalhador deverá escolher entre ter direitos e não ter emprego ou ter emprego e não ter direitos.

"Não é o trabalhador que vai escolher. Vai ser uma imposição da vontade da empresa, do empregador, que vai determinar a condição de contratação", rebate a pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marilane Teixeira. Trata-se de uma proposta ainda "mais selvagem" que a dita "reforma" trabalhista implementada pelo governo Michel Temer, que alterou mais de 200 artigos da CLT, com a mesma promessa de estimular a criação de empregos, e ainda não deu resultados, nem deve dar.

A "reforma" também já permite a flexibilização de direitos – o chamado "negociado sobre o legislado" – mas que depende que a empresa negocie essas alterações com o sindicato que representa o trabalhador em questão. Com a "verde e amarela", o trabalhador deverá fazer essa opção individualmente, ficando ainda mais exposto à exploração.

"Não se contentam em ter feito uma reforma que já flexibiliza formas de contratação, que dá liberdade para o empregador contratar com jornadas e salários diferenciados. Ainda inventam uma carteira verde e amarela para constranger o trabalhador em nome de uma ideia

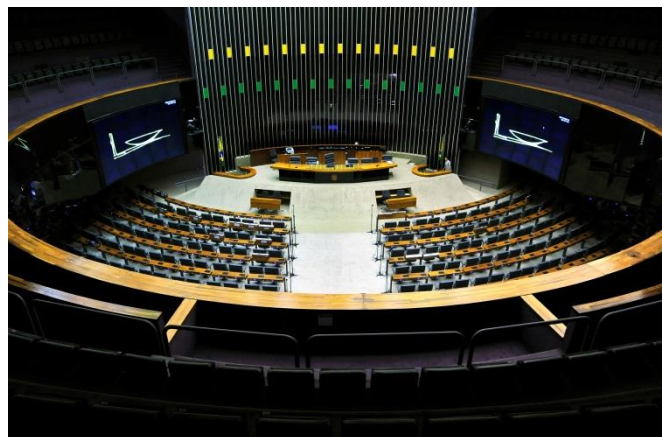
de que é ele que está escolhendo", diz a pesquisadora da Unicamp, que classifica a proposta como "perversa".

É como se o indivíduo endossasse a retirada dos próprios direitos, diz a professora da Universidade de São Paulo (USP) Leda Paulani, que atribui a inovação ao assessor econômico de Bolsonaro, o economista Paulo Guedes, sócio do grupo Bozano Investimentos. "Tem efeito mais simbólico que qualquer outra coisa. Se ele concorda em perder direitos, não precisa de carteira. Vai lá, trabalha informalmente, ajusta tudo com o patrão, e pronto. Se é para não ter direitos, tanto faz ter ou não carteira."

Como grande parte das propostas do candidato, a proposta se alimenta do medo das pessoas em relação ao desemprego, diz a professora da USP. "É óbvio que nessa atual situação, muita gente vai cair nessa. Querem criar oficialmente a classe do sub-trabalhador, que informalmente já existe. O trabalho informal atinge 33 milhões", destaca ela.

O risco, de acordo com as duas economistas, é de pouco a pouco a dita carteira proposta por Bolsonaro substituir a tradicional, o que representaria a universalização da informalidade. "O que ele quer fazer? É transformar esses 32 milhões que hoje têm acesso a como em trabalhadores informais, se somando aos outros 33 milhões de trabalhadores informais que não têm acesso a esses direitos", diz a pesquisadora do Cesit. As economistas também são unânimes em dizer que o período de 2003 a 2014, quando foram criadas mais de 20 milhões de vagas de emprego com carteira assinada, serve de exemplo de que não é necessário retirar direitos para criar postos de trabalho.

Fonte: Portal Vermelho



Câmara tem maior renovação dos últimos 24 anos, mas fica mais conservadora

Dos eleitos, 274 são nomes novos, o que representa a chegada de 53,4% de novos parlamentares, em função do número de deputados eleitos pelo PSL, afirma Diap

A Câmara dos Deputados terá 53,4% de sua composição composta por novos eleitos, a maior renovação dos últimos 24 anos – uma alteração que só foi observada anteriormente nas eleições de 1990 e 1994. Para o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e analista político Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, a mudança foi maior do que a esperada. "Foi um resultado que superou nossas expectativas, pois em todos os outros anos, depois de 1994, a mudança dos quadros ficou abaixo dos 50%", afirmou.

O analista afirma que a chegada de novos parlamentares à Câmara decorre principalmente da grande votação recebida por candidatos do PSL, de Jair Bolsonaro, que esperava eleger no



máximo 30 deputados e acabou elegendo 52. Do total de parlamentares eleitos domingo (7), 274 são novos nomes, que serão empossados na Câmara pela primeira vez em janeiro de 2019. E 239 foram reeleitos. Em 2014, o percentual de renovação foi de 46,7% e em 2010, de 44,25%.

De acordo com a avaliação do Diap, o aumento da bancada do PSL, que passará a ser a segunda maior legenda da Casa, e o número de parlamentares novos de outros partidos fará a Câmara ainda mais conservadora que a legislatura atual.

A tendência é de predomínio das chamadas "bancadas BBB": a da bala (dos parlamentares que representam forças policiais e militares), do boi (os que integram o setor ruralista) e da bíblia (evangélicos).

Por outro lado, Toninho ressalta que a boa votação de deputados do PT ajudará a fazer o contraponto com essas forças. Ele alerta, porém, para a tendência de as bancadas conservadoras virem a atuar para negociar a aprovação e discussão de matérias de acordo com seus interesses de momento.

Já no Senado, a renovação foi intensa. Dos 32 parlamentares que já exerciam mandatos e se candidataram, apenas oito conseguiram se reeleger. Ficaram de fora "caciques" como o próprio presidente da Casa, Eunício Oliveira (MDB-CE), o líder do governo no Congresso, Romero Jucá (MDB-RR), além de nomes "tradicionais", como Cristovam Buarque (PPS-DF), Roberto Requião (MDB-PR) e Magno Malta (PR-ES).

Fonte: Rede Brasil Atual

Inflação medida pelo IGP-DI registra 1,79% no mês de setembro

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou inflação de 1,79% em setembro. A taxa é superior às observadas em agosto, de 0,68%, e em setembro do ano passado, de 1,04%.

A alta foi puxada principalmente pelos preços no atacado. O Índice de Preços ao Produtor Amplo passou de 0,99% em agosto para 2,54% em setembro. O Índice de Preços ao Consumidor, que mede o varejo, passou de 0,07% em agosto para 0,45% em setembro.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) também subiu, ao passar de 0,15% em agosto para 0,23% em setembro.

Fonte: Agência Brasil

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS